

Jornal do

SINDI/SEAB

Filiado a
CUT PARANÁ
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins

ANO XVIII - Nº 142 - JUNHO DE 2007 - 2ª Quinzena - www.sindiseab.org.br

Negociação

Sindi/Seab solicita audiência e Seap responde

REIVINDICAÇÃO

Confira as respostas da SEAP sobre as reivindicações do Sindi/Seab:

1) Definição e aprovação de índice de aumento salarial para o ano de 2007, que garanta a recuperação dos salários dos servidores públicos estaduais (ativos, aposentados e pensionistas), especialmente para aqueles vinculados ao QPPE, quadro de pessoal cujas remunerações são as menores, dentre as demais do Poder Executivo.

Resposta:

Conforme estabelecido no Art. 37, X da Constituição Federal, é vedado conceder reajuste para determinada categoria. Só é permitida a concessão de reajuste se for de caráter geral para todos os Quadros e sem distinção de índice, significando que o índice

de reajuste deve ser único para todos.

O Art. 33, VI da Constituição Estadual prevê o "tratamento uniforme dos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras."

Assim, o Governo do Estado encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa para a concessão de reajuste geral de 3,14% de acordo com a legislação citada.

2) Regulamentação da GAST, prevista no artigo 18º da Lei PR nº 13.666/02 e artigo 5º da Lei PR nº 15.044/06, conforme Ofício SINDISEAB e SID nº 9.092.8360-8, de 24/07/2006.

Resposta:

A GAST foi instituída pela Lei 13.666/2002. Conforme o texto da Lei, a GAST é exclusiva para atividades técnicas e de suporte de gerenciamento de projetos de ação governamental não ocupados por servidores nomeados em cargo em comissão.

O Governo do Estado deve regulamentar a concessão dessa gratificação após estudos que justifiquem as implantações por órgão, cargo e atividade, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

3) Regulamentação e implementação da promoção para os servidores do cargo de Agente Profissional (AP) do QPPE, excluídos e prejudicados com a primeira promoção (Outubro de 2002) e a realização da nova promoção a partir de julho de 2006, já que decorreu-se o período de 4 anos da última promoção, conforme Ofício SINDISEAB e SID nº 9.092.834-1, de 24/07/2006.

Resposta:

A promoção do Agente Profissional foi regulamentada pelo Decreto 6383/2002, foi implantada em outubro de 2002. Os critérios estabelecidos foram fixados para aquele momento. Aos servidores que não preencheram os requisitos estabelecidos

para aquela promoção devem se habilitar para a próxima promoção a ser regulamentada, conforme Lei 13.666/2002.

Estão sendo efetuados estudos com vistas a implantar critérios para o servidor concorrer para a promoção.

4) Pagamento dos valores pendentes da promoção anterior (cargos de AA, AE e AP), conforme Ofício SINDISEAB e SID nº 9.092.982-8, de 02/08/2006.

Resposta:

O assunto encontra-se em programação financeira da SEFA/SEPL para pagamento.

5) Solução para a questão dos servidores estaduais do QPPE (cargos de AA e AE), que laboram em desvios de função (desenquadrados), conforme Ofício SINDISEAB e SID nº 9.092.889-9, de 28/07/2006).

Resposta:

Para essa solução o Governo do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa projeto que foi aprovado pela Lei 14.590/2004. Ocorre que esta Lei sofreu uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Lei citada será regulamentada após decisão do STF. O Governo do Estado optou em aguardar a decisão do STF para então editar regulamentação da citada Lei.

6) Definição de política que garanta a recuperação dos vencimentos base dos aposentados e pensionistas do QPPE (sem reposição desde agosto de 1995) e aliados da Lei PR nº 15.044/2006.

Resposta:

O Governo do Estado já encaminhou projeto de Lei de reajuste geral do funcionalismo estadual, instituindo política de reposição salarial anual.

Assim, o reajuste dos proventos e das pensões está incluso nessa política, conforme item 1.

Reajuste dos Servidores do QPPE - Lei 15.512

Aprovada em 31/05/2007 - A espera já chega a 1 mês

Editorial

Cidadania ativa, sindicato cidadão e projetos sindicais: mobilizar e avançar!

Dia 27 de julho, durante o II Encontro Estadual de 2007, acontece a posse da nova diretoria do SINDI/SEAB (diretoria executiva, conselho fiscal, departamentos e representações por local de trabalho) para o triênio 2007-2010.

Os desafios continuam grandes e as demandas cada vez maiores, já que na administração pública muito precisa ser realizado para que a população, especialmente a parcela que realmente precisa do Estado, tenha o que anseia e precisa, ou seja, serviços públicos de qualidade e no volume de suas necessidades.

O ideal da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, previsto no art. 3º da Constituição Federal, precisa e deve ser perseguido por todos: servidores públicos, cidadãos e sociedade.

Ao sindicato, cabe prioritariamente a representação e defesa dos interesses de seus representados/filiados, porém sem perder de vista que a razão de nossa existência é o cidadão (a população) e a sociedade. Ou seja, nas lides sindicais deve-se primar por edificar o sindicato cidadão, preocupado sim com as questões de seus representados, mas acima de tudo vigilantes e guardiões dos interesses maiores da população e da sociedade.

Esta postura e entendimento não são uma visão pronta e acabada, já formatada e de consenso geral, mas precisam ser construídas e implementadas no dia-a-dia da ação sindical.

Vale dizer que os servidores públicos, cumprem duplo papel, qual seja, são prestadores de serviços à sociedade/população nas várias áreas (saúde, educação, habitação, segurança pública e justiça, lazer e recreação, agricultura e meio ambiente, etc) e também são usuários dos serviços públicos. Portanto, aí reside a nossa maior força, real importância para a sociedade e condição de sermos indispensáveis para a transformação da administração pública e do Estado, de uma realidade atual de estar mais a serviço das elites (de poucos) para outra, o verdadeiro ideal republicano de estar voltado e a serviço a toda a sociedade (a maioria da população).

Assim, idealmente um sindicato de trabalhador do serviço público e por consequência o SINDI/SEAB, deverá continuar a trilhar caminhos de ampla atuação, exemplificado nos projetos a seguir descritos e priorizados pelas direções sindicais anteriores.

1) Direitos Sociais e Trabalhistas (garantia do emprego, preservação do poder aquisitivo da remuneração - salários + vantagens e política pública de RH - salários dignos e justos + condições adequadas de trabalho).

2) Geração de propostas de POLÍTICAS PÚBLICAS nas áreas da agropecuária e meio ambiente, através da criação de Grupo/Núcleos de Estudos Temáticos e levantamentos/debates. Fiscalizar e acatar denúncias, referentes à prestação e condução dos serviços públicos.

3) Previdência (aposentadoria e pensão): PRPREVI, aposentadoria especial, etc: fazer cumprir os preceitos constitucionais, a legislação estadual e nacional. Subsidiar as representações dos servidores no Conselho de Administração

(CA) e Conselho Fiscal (CF). Viabilizar um Conselho de Entidades Sindicais e Associativas voltadas à Seguridade Social – ParanaPrevidência e SAS.

4) Saúde, Assistência Social: SAS/IPESAÚDE do servidor público – história, legislação estadual e nacional. Participar, monitorar e interagir na temática da Saúde e Assistência Social.

5) Organização e Mobilização dos aposentados/pensionistas para a ação sindical, melhoria da qualidade de vida e resgate e manutenção do poder de compra dos salários/remunerações.

6) Saúde, Segurança, Meio Ambiente do Trabalho e Qualidade de Vida no trabalho: PCMSO, PPRA, CIPA/CISS/GRATIFICAÇÕES/perícia médica, perfil profissiográfico, etc.

7) QPPE (reestruturar e buscar permanentemente o aperfeiçoamento do PCCS, para valorizar o servidor e melhorar o serviço público: profissionalização e valorização dos

trabalhadores).

8) Agenda Ambiental na Administração Pública: reivindicar e implementar ações e práticas na administração pública, especialmente nas secretarias/órgãos/setores/locais de trabalho de nossa base sindical, que se traduzam numa visão ambiental, ecologicamente correta e sustentável.

9) Orçamento público: é a principal discussão a se fazer para entender e conhecer o papel do Estado na sociedade e poder interferir na gestão do estado e melhorar a atuação do governo (administração pública). O objetivo maior a ser alcançado é a construção do orçamento público das esferas de governo com a participação e controle social. Debater o orçamento público é um caminho seguro para conhecer-se o Estado (Administração Pública) em sua totalidade, condição

necessária e indispensável para uma melhor performance do sindicato no cumprimento de sua missão e papel.

Como fica notório, há muito por fazer, sendo preciso sensibilizar a totalidade dos servidores públicos para viabilizar tais projetos, que se implementados trarão ganhos para todos: os servidores públicos, os cidadãos e a sociedade.

Assim, deseja-se à nova direção sindical que assume em 27/07/07, muito trabalho, dedicação, união e uma farta colheita de resultados e que a palavra de ordem até julho de 2010, seja "SINDI/SEAB – Mobilizar e Avançar".

Prestação de contas

MARÇO/2007	
Crédito – Entradas	
Contribuições/Dotações	R\$ 24.613,55
Receitas Aplic. Financeiras	R\$ 1.577,81
Precatórios	R\$ 1.692,85
Reembolso de despesas	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 27.884,21
Aplicações Financeiras	
Itau Invest. 00673-0	R\$ 33.801,44
Itau Invest. 00656-5	R\$ 151.615,59
C/C – 00656-5	R\$ 29.603,07
C/C – 00673-0	R\$ 3.671,04
C/C - BCO DO BRASIL	R\$ 24.306,81
C/POUPANÇA PREC 2206/90	R\$ 17.766,77
C/POUPANÇA PREC 599/91	R\$ 15.901,65
ANTECIPAÇÃO DE PRECAT.	R\$ 40.555,00
Débitos – Saídas	
Impostos e Taxas	R\$ 93,18
Cursos/Congressos/Seminários	R\$ 3.000,62
Salários/Ordenados	R\$ 2.122,00
Encargos Sociais	R\$ 1.029,09
Vale Transporte	R\$ 464,40
Honorários Profissionais	R\$ 1.780,00
Encargos Sociais – Honorários	R\$ 70,00
Luz/Água/Telefone	R\$ 470,29
Associação de Classes	R\$ 1.072,14
Despesas c/ Veículos/Manutenção	R\$ 60,50
Assinaturas/Publicações	R\$ 590,60
Material de Expediente	R\$ 244,15
Desp. c/Alimentação/Refeições	R\$ 406,45
Contrib./Doações	R\$ 149,00
Despesas Diversas	R\$ 174,45
Manutenção/Conservação	R\$ 0,00
Despesas Bancárias/Financeiras	R\$ 47,00
Despesas de Viagens	R\$ 0,00
Custas Judiciais	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 11.773,87
Resultado do Período	R\$ 16.110,34
Resultado Acumulado	R\$ 54.372,59

Curitiba, 16 de Abril de 2007.
Diógenes Costa
Contador CRC 022332/0-2 PR

EDITAL DE DIVULGAÇÃO – RESULTADO DA ELEIÇÃO SINDICAL DO SINDI/SEAB

A COMISSÃO ELEITORAL ESTADUAL – CEE, na forma do art. 73 do Estatuto do Sindi/Seab, torna público o resultado da eleição sindical realizada nos dias 30, 31 de maio e 1 de junho de 2007, em todo o Estado do Paraná para renovação de diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Representação junto a Federação/Fórum/Central Sindical, Departamentos e Núcleos Sindicais/OLTs – Gestão 2007/2010, cuja apuração/escrutinação de votos ocorreu no dia 27/06/2007, na forma da ata respectiva, com o seguinte resultado:

Total de sócios/filiados aptos a votar: 1.214

Total de sócios/filiados votantes: 847

Total de votos na Chapa "Mobilizar e Avançar": 792

Total de votos em branco: 39

Total de votos nulos: 16

Quorum eleitoral: 69,76%

Quorum Chapa "Mobilizar e Avançar": 65,23%

Quorum de votos brancos e nulos: 4,52%

Com o resultado supra e tendo em vista que todo o processo eleitoral transcorreu regularmente, sem nenhum incidente ou impugnação, **a COMISSÃO ELEITORAL ELTADUAL - CEE - procede a presente publicação, declarando vencedora/eleita para a gestão 2007/2010 a Chapa "Mobilizar e Avançar".**

Determinamos que a atual direção sindical tome todas as providências previstas no Estatuto Sindical para dar posse da direção eleita.

Publique-se e divulgue-se.

Curitiba, 27 de junho de 2007.

Ernesto Hamann
Presidente

Maria Raquel P. Kramer
Membro

Cecy Thereza C. K. de Góes
Membro

Quem somos

Diretoria Executiva Estadual: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva/ **SEAB** - Vice-presidente: José Carlos Bieger/ **IAP** - Secretária geral: Laura Jesus de Moura e Costa / **SEMA** - 1º secretário: Aparecido Ernesto Martins/ **IAP** - 2º secretário: Milton Vasconcellos Guedes/ **SEAB** - Tesoureira geral: Maria Auxiliadora Fernandes/ **BBP** - 1º tesoureiro: Benedito Eugênio S. Padilha/ **IAP** :: **Conselho fiscal:** Titulares: Heitor Rubens Raymundo/ **IAP** - Saonara do Rocio Porto/ **IAP** - Suplentes: Ernesto Renato Kruger/ **SEAB** - Roberto Manfré/ **IAP** - Paulo Moreira Borba/ **SEAB**

Ofícios

Acompanhe o andamento dos ofícios encaminhados pelo Sindi/Seab

Ofício	Assunto	Onde está em 22/06/2007	Tramitação	Data de envio
Ofício nº 6 (SID 9.388.740)	Solicitação de utilização da casa do viveiro como moradia familiar pelo associado lotado no ERGUA.	IAP/ERGUA/AD - Setor Administrativo.	Para despacho	06/03/2007
Ofício nº 8 (SID 9.603.760)	Solicita ao novo chefe do ERFOZ, manter as reuniões semanais, fornecimento de uniforme institucional e apoio junto ao governador.	IAP/ERFOZ/CH - Chefia	Andamento inicial	20/06/2007
Ofício nº 9 (SID 9.603.759)	Solicita o fornecimento de uniforme a todos os funcionários da instituição, além de outras solicitações.	IAP/DIAFI - Diret. Admin. e Financeira	Para providências	20/06/2007
Ofício nº 10 (SID 9.459.050)	Encaminha reivindicações dos servidores da Suderhsa (Cruzeiro do Oeste).	SUDERHSA/DAF - Dir. Administratva-Financeira.	Para providências	20/06/2007
Ofício nº 11 (SID 9.459.051)	Encaminha reivindicações dos servidores da Suderhsa.	SUDERHSA/DAF - Dir. Administrativa-Financeira.	Para providências	20/06/2007
Ofício nº 14 (SID 9.388.947)	Encaminha o relatório situacional do SAS.	SEAP/DAS - Depto. Assistência a Saúde.	Para providências	19/03/2007
Ofício nº 21 (SID 9.390.009)	Solicita apoio visando a promoção para os Agentes Profissionais do QPPE lotados na SEAB.	SEAB/GRHS - Grupo de Recursos Humanos Setorial.	Para providências	31/05/2007
Ofício nº 29 (SID 9.390.008)	Informação referente a pagamento de diárias para a realização de serviços/atribuições do IAP.	IAP/GP - Gabinete do Presidente.	Para providências	31/05/2007

II Encontro Estadual do Sindi/Seab

Dia 27/07/2007
Hotel Doral Torres
Curitiba/PR

Posse da Nova Diretoria
Gestão “Mobilizar e Avançar”
2007-2010



No dia 27 de julho de 2007 acontecerá o II Encontro do Sindi/Seab, durante o almoço será feita à solenidade de posse da nova diretoria, e confraternização para todos os convidados da base sindical, lideranças e autoridades. **Todos devem confirmar presença até dia 20 de julho!**

Local: Hotel Doral Torres (R. Mariano Torres, 951, centro, Curitiba/PR)
Horário do Encontro: 8h30 às 17h
Horário da solenidade de Posse da nova diretoria: 11h às 12h30.
Maiores informações pelos telefones: (41) 3253 6328 e 3252 8566

Cronograma
8:30 às 9 horas - Recepção e Café da Manhã
9:00 às 10:00 – Boas vindas da direção estadual e apresentação de cada representação sindical por local de trabalho.
10:00 às 11:00 – Espaço Institucional, destinado às representações das Secretarias/Órgãos da base sindical (SEMA/IAP/SUDERHSA/SEAB).
11:00 às 12:30 - Posse da Nova direção sindical para o triênio 2007/2010.
12:30 às 14:00 - almoço de confraternização
14:00 às 17:00 – Apresentação, debate e aprovação do Plano de Trabalho para o triênio 2007-2010 (Jornal da Chapa “SINDISEAB – MOBILIZAR E AVANÇAR”) e encaminhamentos sobre o Planejamento Estratégico Situacional (PES) do SINDI/SEAB (relatório final).
17:00 – Conclusões e Encerramento

Conselho do Litoral tem sua composição alterada

Sindi/Seab passa a integrar o COLIT

No dia 16 de maio de 2007, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, número 7472, o Decreto número 828, que altera a composição do COLIT – Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (instituído em 26/12/1984, pelo Decreto número 4.605), vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná.

A primeira alteração foi em relação ao número de membros que passou de 22 para 25 conselheiros.

As seis Secretarias de Estado (Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Desenvolvimento Urbano, Planejamento e Coordenação Geral, Turismo, Transporte e Cultura) e as sete Prefeitura Municipais do Litoral (Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná) que já integravam o COLIT, continuam. Porém, o Governo do Estado passa a ocupar mais sete representações, sendo três através das Secretarias: da Agricultura e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul; e outras quatro através da Procuradoria Geral do Estado (PGE); da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) e da Coordenação Microrregional do Litoral do Estado do Paraná (recém criada).

A representação da Promotoria de Proteção do Meio Ambiente passa de “conselheiro titular” para “observador” (Art. 1o. §7o.).

As vagas das representações do CREA-PR e das entidades ambientalistas também continuam.

No entanto, as maiores alterações são em relação à representação da sociedade civil, que passa de seis para cinco membros, e deixam de integrar o COLIT as: categorias patronais; os trabalhadores em geral; as colônias de pescadores; as entidades da Construção Civil, e as associações comunitárias ou de moradores (duas vagas).

E, passam a integrar o Conselho do Litoral: um representante da UFPR, do campus do Litoral e do Centro de Estudos do Mar; um representante das Associações Comerciais do Litoral, e um representante do SINDI/SEAB.

No balanço final, observa-se que: o Governo de Estado fica com treze (13) membros no COLIT; as Prefeituras Municipais com sete (7) membros, e a sociedade civil organizada com cinco (5) membros.

Consideramos extremamente importante a conquista da vaga específica para o SINDI/SEAB, mas lamentamos profundamente a maneira como a alteração do COLIT foi feita (sem discussão ampla e de forma democrática), a falta de paridade na composição desse Conselho e a perda de espaços da sociedade civil organizada.

Informamos a todos e todas que o representante do Sindi/Seab para o COLIT deverá ser eleito no dia 27 de julho de 2007, durante o II Encontro Estadual, em Curitiba.

RAPIDINHAS

Sindi/Seab em ação

Ofício ao presidente do IAP

(SID 9.603.759-7)

Confira as solicitações ao Victor Hugo Burko:

a) Fornecimento de uniforme do IAP a todos os funcionários da instituição, principalmente aos funcionários do Escritório Regional de Foz do Iguaçu, do Viveiro de Pitanga e do Viveiro do Guatupê (São José dos Pinhais), além de outros;

b) Conserto da descarga do banheiro feminino do Viveiro do Guatupê, em São José dos Pinhais;

c) Pagamento da insalubridade e ou

periculosidade a todos os funcionários do Viveiro do Guatupê, em São José dos Pinhais;

d) Melhorar a estrutura dos Escritórios Regionais, principalmente em Francisco Beltrão, para melhorar o atendimento à comunidade;

e) Agilizar mais o andamento dos processos, pois há reclamações da comunidade de grande demora na obtenção de respostas;

f) Solicitar concurso público: . para repor o quadro funcional, . para incorporar ao quadro funcional os estagiários que apresentarem melhor desempenho; bem como, . para prevenir a reposição do quadro funcional em decorrência das aposentadorias que se aproximam;

g) Ajudar na busca de uma solução definitiva para os desenquadrados, tanto nos níveis de Agentes de Apoio e de Execução, como também no nível de Agente Profissional.

Ofício ao chefe de DRH da Suderhsa

Ofício (SID 9.459.050-7) encaminhado ao Sr. Érico Kenji Condo, também foi encaminhado ofício com conteúdo similar ao Sr. Darcy Deitos, superintendente da Suderhsa (SID 9.459.051-5). Confira as solicitações:

a) Melhorar as condições de trabalho nas fábricas de manilhas, principalmente em Cruzeiro do Oeste, pois o ambiente de trabalho é muito insalubre e pesado;

b) Pagar a insalubridade (atuais e atrasadas) a todos os funcionários do Escritório Regional de Cruzeiro do Oeste, inclusive para os funcionários da Administração Regional e os aposentados;

c) Incorporar na ficha funcional a contagem da insalubridade como tempo de serviço (2 meses por ano trabalhado), até dezembro de 1992, a todos os funcionários das fábricas de manilhas, principalmente aos do Escritório Regional de Cruzeiro do Oeste;

d) Fornecer-nos uma cópia de cada ficha funcional com a respectiva contagem de tempo de serviço, ou seja, com a insalubridade já incorporada ao tempo de serviço;

e) Manter o pagamento da insalubridade mesmo após a obtenção da aposentadoria;

f) Implantar a aposentadoria especial (aos 25 anos de trabalho) com salário integral aos funcionários das fábricas de manilhas, tendo em vista as peculiaridades do mesmo;

g) Substituir IMEDIATAMENTE as botas de biqueiras de aço por botas com biqueira de fibra de vidro, pois as de aço prendem a circulação e podem necrosar os dedos do pé e levá-los à sua amputação;

h) Adotar nas fábricas de manilhas somente a máscara azul, pois é a mais correta; o tapador de ouvido nem sempre protege contra os ruídos;

i) Oferecer aos funcionários das fábricas de manilhas EPI – Equipamento de Proteção Individual mais adequados, pois esse trabalho é muito pesado, ruidoso, insalubre, sufocante. Várias doenças foram apontadas como decorrentes do ambiente de trabalho, tais como: surdez, problemas de coluna, problemas nas pernas, nos joelhos, nos pés (principalmente, quem trabalha com a pá), asma, doenças respiratórias, hérnia, problemas de visão e de circulação, estresse, além de outros.

j) Realizar concurso público para contratar novos funcionários para a fábrica de manilhas e garantir a aposentadoria com salário integral aos atuais funcionários, visto que somente 28,6 % deles têm menos de 50 anos; em torno de 53,6% deles têm entre 50 e 60 anos; e, 17,9 % têm mais de 60 anos; portanto, com idade superior a 50 anos estão 71,5% dos funcionários da fábrica de manilhas de Cruzeiro do Oeste. Como o trabalho de fabricação de manilhas é pesado, insalubre, desgastante, uma pessoa com mais de 50 anos já sente muita dificuldade em realizá-lo.

l) Solicitar ao Chefe do Escritório Regional a correção dos casos em que houve rebaixamento de função, como por exemplo: de operador de equipamento pesado passou a motorista, mantendo a mesma função (Agente de Apoio).

m) Incentivar a indicação, para os cargos de chefia, das pessoas que tenham perfil para a função, ou seja, tenham respeito e bons tratos para com os funcionários.

Todos esses ofícios foram produzidos levando em conta as reuniões nos núcleos regionais realizadas pela diretoria do Sindi/Seab. Mais um item do nosso Planejamento Estratégico que está sendo cumprido. Se o seu núcleo ainda não teve a visita da diretoria solicite uma!

Sindi/Seab contra o assédio moral

Durante o Seminário sobre Assédio Moral (02/06/2007), em Londrina, foi apresentado o

projeto de iniciativa popular sobre o assédio moral. Pedimos a todos que leiam e mandem sugestões para o projeto de Lei do Assédio Moral, que já foi enviado aos núcleos em 2006.

Entre as conclusões ficou deliberado que deverá ser elaborada uma cartilha sobre assédio moral voltada aos servidores públicos estaduais. A equipe responsável foi composta em uma reunião do Fórum dos Servidores (22/06/2007) e tem os seguintes integrantes: AppSindicato (Silvana), SindSaúde (Nanci), SindiSeab (Mariaux), que deverão reunir-se às quartas-feiras, no período da manhã.

Falta de pagamento de diárias no IAP

O Sindi/Seab encaminhou ofício nº 29 (SID 9.390.008-1), em 31/05/2007, ao diretor presidente do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), Vitor Hugo Burko, que tratava de problemas de pagamento de diárias para servidores do IAP, o que estava dificultando e até inviabilizando os serviços do Instituto.

No dia 6 de junho o Sindi/Seab recebeu a resposta do IAP, no texto constam as seguintes informações:

- Efetivamente, foi realizada Oficina de Trabalho para Planejamento das Atividades de Fiscalização Ambiental do IAP/DIRAM, no período de 13 à 16 de maio passado, nas dependências do Hotel Estância Betânia, no município de Colombo.

- Considerando que todas as despesas de alimentação e hospedagem foram providas pelo IAP/Sede; considerando que, para facilitar o deslocamento, permitiu-se que os participantes chegassem no domingo à noite; considerando que o Hotel dispunha de restaurante; considerando as restrições orçamentárias vigentes, optou-se pela não concessão de diárias, até porque se assim o fizéssemos estaríamos infringindo as normativas vigentes, pela realização de dupla despesa.

- Quanto ao controle de diárias hoje existente, o Diretor do Diram, Harry Teles, apóia plenamente as restrições impostas, como forma de bem aplicar os recursos públicos e evitar que diárias sejam utilizadas como complementação salarial.



Expediente